



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

ATA Nº 144 – SESSÃO SOLENE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Ao primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e noventa oito, às vinte horas, reuniu-se, em sessão solene, em conformidade com a decisão inserta na *Ata nº 1.846, de 04.11.98*, no **Palácio Popular da Cultura – Centro de Convenções do Estado** – nesta capital, o egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sob a **presidência do Exmº Sr. Des. Rêmolo Letteriello**, para *diplomação dos eleitos no pleito eleitoral de 1998* e, bem assim, *entrega de distinção honorífica* a pessoas agraciadas pelo Tribunal. Estiveram presentes os Exmºs Srs. Juízes: **Des. José Augusto de Souza, Mário Eugênio Peron, Sideni Soncini Pimentel, Antônio Rivaldo Menezes de Araújo, Fernando Mauro Moreira Marinho, Renato Toniasso e Blal Yassine Dalloul**, Procurador Regional Eleitoral. Foram convidadas, para compor a mesa, as seguintes autoridades: **Desembargador Nildo de Carvalho**, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado; **Deputado Londres Machado**, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado; **Dr. João José de Souza Leite**, Secretário de Estado de Justiça, representando, neste ato, o Exmº Senhor Governador do Estado. Com a presença de inúmeras outras autoridades, familiares, imprensa e demais convidados, foi declarada aberta a presente sessão. O **Exmº Sr. Des. José Augusto de Souza**, instado a se manifestar em nome da Justiça Eleitoral, assim se pronunciou: “*A luz clara da democracia derrama seus raios luminosos,*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

nesta data, sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, no momento em que este Tribunal, em solenidade cívica de grandeza ímpar, irá diplomar os candidatos eleitos nas eleições de 04 e 25 de outubro de 1998, quando se dará a consagração formal do resultado da vontade popular manifestada nas urnas. Não resta a menor dúvida de que um caminho árduo foi por todos percorrido, a fim de assegurar a supremacia do desejo do povo sul-mato-grossense que, livremente, expressou sua vontade escolhendo seus representantes. A democracia, instrumento de realização de valores essenciais à convivência humana, por meio dos quais são assegurados os direitos sociais, a liberdade, o desenvolvimento e o bem-estar de um povo, está definitivamente consolidada entre nós. A Justiça Eleitoral, cumprindo o papel que lhe reserva a Constituição da República, garantiu, mais uma vez, de forma absolutamente pacífica e ordeira, a manifestação soberana da vontade popular, a fim de que prevalecesse a verdade eleitoral. Para que tal objetivo fosse atingido, contou a Justiça Eleitoral com a colaboração imprescindível, e nunca negada, de inúmeras instituições que, a nós irmanadas, cooperaram para que a vontade do povo fosse respeitada. E é a essas instituições que a Justiça Eleitoral pretende, neste momento, homenagear, demonstrando o reconhecimento de todo um povo pelo apoio, segurança e tranqüilidade por elas proporcionado. Foi graças ao trabalho de todos, como um bloco monolítico, que se garantiu o império da lei, cerceando os abusos e ilicitudes que se poderiam registrar, sempre colocando, no pedestal maior, o direito do povo sul-mato-grossense de, com liberdade, segurança, lisura e moralidade, escolher



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

os seus lúdimos representantes, permitindo que as vozes dos eleitores, dos rincões mais distantes aos mais próximos, pudessem alçar vôo serenamente na concretização da soberana vontade popular. E, como prova do reconhecimento da Justiça Eleitoral a todos aqueles que propiciaram a realização de eleições limpas e tranqüilas, resolveu este Tribunal instituir a outorga de distinção honorífica, consubstanciada no Diploma do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul. É o reconhecimento e apreço às virtudes das pessoas, e tem o condão de recompensar aqueles que prestaram relevantes serviços ao engrandecimento da Justiça Eleitoral, cooperando para o enriquecimento de nossas atividades, razão pela qual, com esta honraria estamos demonstrando o testemunho público de nosso reconhecimento. Ser emérito da Justiça Eleitoral é engajar-se, de forma ativa e desinteressada, nas finalidades maiores desta Instituição Jurisdicional, aprimorando a própria democracia, no sentido de resguardar a lisura dos pleitos eleitorais. Assim, este é um momento de felicidade sem igual para afirmação da vontade eleitoral, porquanto se está prestando justa homenagem aos representantes dessas notáveis Instituições, que tanto orgulham o povo de nossa terra e que se destacaram, por seus méritos e ações, a ponto de merecer deste Pretório a outorga do Diploma do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul. O diploma que irão receber nossos homenageados, escolhidos por decisão do egrégio Tribunal Pleno deste Tribunal, representa um duplo reconhecimento da Justiça Eleitoral: da história, em face dos relevantes serviços prestados por essas notáveis Instituições que, agindo no cumprimento do dever,



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

estão legando às gerações futuras a nobreza de seus gestos, exemplo vivo para a lisura dos pleitos e o respeito à vontade do povo; de todos nós, para quem se destacou no combate a qualquer espécie de ilicitude e no aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral. Assim, reconhece a Justiça Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul que os homenageados que passaremos, com satisfação e honra, a declinar, contribuíram, de modo inestimável, para a consolidação de um verdadeiro Estado de Direito, para o fortalecimento da segurança do exercício da cidadania e do próprio aprimoramento da democracia. Primeiramente, queremos homenagear o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa do Dr. Carlos Bobadilha Garcia, digno Procurador-Geral de Justiça, e a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso do Sul, na pessoa de seu Presidente Dr. Carlos Alberto de Jesus Marques, que, de mãos dadas com a Justiça Eleitoral, cumpriram com brilhantismo e eficiência a missão que lhes cabia, a fim de que as eleições chegassem a bom termo. Em segundo lugar, queremos homenagear aqueles que tiveram a árdua e difícil missão de garantir a soberania da vontade popular, zelando para que o pleito transcorresse dentro da mais perfeita ordem, tranquilidade e segurança. Nosso reconhecimento ao Departamento de Polícia Federal, na pessoa do Superintendente Regional, Dr. José Francisco Mallmann. Ao Departamento de Polícia Civil, na pessoa do Diretor-Geral, Dr. Pedro Antônio Pegolo. À Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, aqui homenageada na pessoa do Inspetor Dr. Pedro Vinholi, Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização. Sempre confiamos em nossas



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

*forças policiais e, em especial, na gloriosa e respeitável Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, aqui homenageada nas pessoas do Cel. Derzi Matias Rodrigues, Comandante-Geral da PM, do Cel. Roberto Pinheiro Lima, Comandante do Policiamento do Interior, e do Ten. Cel. Isoli Paulo Fontoura, Comandante do Policiamento da Capital. Finalmente, queremos homenagear às empresas de transporte coletivo da capital, que cederam graciosamente seus ônibus para o transporte dos militares nos dias das eleições, na pessoa do Diretor de seu sindicato, Dr. Sinval Martins de Araújo. É preciso reconhecer a colaboração dessas Instituições que, nas pessoas dos homenageados, propiciaram a existência de uma Justiça Eleitoral ágil, eficiente e independente, facilitando o cumprimento de sua insubstituível missão de condutora e vigia do processo eleitoral. cremos que, com este reconhecimento e esta homenagem, a Justiça Eleitoral demonstra seu apego à guarda serena da expressão legítima da vontade popular, correspondendo as eleições ao fundamento primeiro do regime democrático, da normalidade institucional e do exercício pleno da cidadania, atendendo-se aos interesses lícitos e legítimos do povo sul-mato-grossense. Às instituições e a seus representantes, ora homenageados, deixa a Justiça Eleitoral, sua palavra de gratidão, na certeza de que todos, irmanados ao povo pacífico e laborioso deste Estado, souberam cumprir com galhardia seu dever, com o objetivo único de termos em ritmo crescente um Estado mais justo, mais progressista e, conseqüentemente, mais perfeito e mais feliz. Muito obrigado". A seguir, procedeu-se à **entrega da distinção honorífica** do*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

*Diploma do Mérito Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da Resolução nº 185, de 22.10.98, deste Tribunal, aos seguintes agraciados: **Dr. Carlos Bobadilla Garcia**, Procurador-Geral de Justiça do Estado; **Dr. Carlos Alberto de Jesus Marques**, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso do Sul; **Dr. Derzi Matias Rodrigues**, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado; **Dr. Pedro Antônio Pegolo**, Comandante-Geral da Polícia Civil do Estado; **Dr. José Francisco Mallmann**, Superintendente Regional da Polícia Federal; **Cel. Roberto Pinheiro de Lima**, Comandante do Policiamento do Interior do Estado; **Tenente-Coronel Isoli Paulo Fontoura**, Comandante do Policiamento da Capital; **Dr. Sinval Martins de Araújo**, Diretor do Sindicato das Empresas de Transportes Coletivos Urbanos de Campo Grande; **Inspetor Pedro Vinholi**, Departamento de Polícia Rodoviária Federal. O **Dr. Carlos Bobadilla Garcia**, Procurador-Geral de Justiça do Estado, proferiu, em nome dos agraciados, o seguinte discurso: “*Os desígnios da providência, outra vez, põem-se diante da tarefa honrosa, neste momento em que me delegaram a missão de orador, dentre as inúmeras dignas personalidades que, comigo, receberam o Diploma do Mérito Eleitoral, pelos bons serviços prestados a esta egrégia Corte Eleitoral. Nesta sessão histórica, engalanada pela presença de tão ilustres autoridades, tange-me a emoção no momento vivenciado em ambiente de amizade e respeito, que me regozijo por poder representar os que fizeram da luta pelo Direito, no campo do Ministério Público, a vitória pela vida. E vida institucional, como a da Justiça Eleitoral, que acredita na força dos sul-mato-grossenses como**



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

árbitros da trama do viver social e político do nosso povo. Sejam minhas primeiras palavras para agradecer a honraria hoje recebida, em meu nome, em nome da minha Instituição, bem como dos demais diletos agraciados, ressaltando, nesta oportunidade, a figura ímpar do Desembargador Rêmolio Letteriello, homem probo, administrador nato, denodado lutador pelas causas que abraça, qualidades que o puseram a serviço do rompimento da estagnação e da quebra do imobilismo, nas oportunidades que lhe foram reservadas no comando da Justiça Eleitoral guaicuru. Rendo, nesta oportunidade, ao nobre e ínclito magistrado, que desde meados de 1968 tenho a honra de privar da sua amizade, a quem o tempo só me tem feito admirar, esta homenagem de público, de reconhecimento de seus méritos, por absoluto impulso de fazer justiça! Minhas homenagens, também ao Exmº Sr. Corregedor Regional Eleitoral e aos ínclitos Juízes Eleitorais, que compõem esta Corte de Justiça especializada, demais nobres magistrados eleitorais e servidores, pelo êxito notável com que implantaram o processo de votação eletrônica e conduziram o pleito eleitoral de outubro de 1998, resguardados pela vibrante, eficiente e competente atuação dos eméritos membros do Ministério Público Federal e Estadual. Esta augusta e colenda Corte Eleitoral é a porta pela qual o Poder Judiciário se aproxima verdadeiramente da cidadania. A criação da Justiça Eleitoral foi inspirada na revolta contra o comportamento espúrio daqueles que buscam o poder tão-somente pela ânsia de tê-lo e usá-lo em seu benefício. Traduziu, como ainda hoje traduz, uma opção da sociedade brasileira, que outorga a organização, a administração e a fiscalização



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

das eleições ao Poder Judiciário e recebe, em contrapartida, a garantia da imparcialidade e da probidade dos magistrados e do Ministério Público. Todos sabemos que o homem é essencialmente um ser político e que nada se faz sem a política, e que a política, sábia e sadiamente dirigida, é ação, direito e obrigação de cada um de nós; e é também caminho e arte insubstituível à realização do bem comum. Devo confessar, outrossim, que me encontro profundamente preocupado com o momento por que passa o Estado brasileiro, diante do que está se esboçando insidiosamente, a objetivar o desmantelamento e o descrédito de instituições, vigas mestras do Estado Democrático de Direito. Mudam-se e amoldam-se a Constituição da República e as leis vigentes ao sabor dos projetos de partidos ou grupos. Os que ontem elaboraram e aplaudiram a Lei Maior, cognominando-a de Constituição cidadã, buscam alterá-la à feição de seus interesses, sem consultar o povo, origem de todos o poder, se está ou não de acordo com as inovações, algumas totalmente opostas à tradição jurídica e ao patrimônio cultural da nação. E situando a questão no âmbito eleitoral, basta lembrar que, até hoje, não temos uma lei estável para as eleições, que se repetem de dois em dois anos. A lei que regeu o pleito municipal de 1996 já caducou, passou para as calendas brasileiras. O Código Eleitoral, concebido e editado em meados de 1965, não foi até hoje atualizado, apesar do advento da Constituição de 1988 e do restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Por isso, nesse intrigante momento do País, com os olhos presos a um horizonte de esperanças e sonhos, conclamo a todos a viver com fé, pois a vida sem crença, não é possível,



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

*nem concebível, e é preciso acender e aviventar, dentro de cada um de nós e cada vez mais, a chama do ideal e do patriotismo. Pugnar incansavelmente para que a Justiça Eleitoral seja sempre a guardiã da soberania popular, exercida por sufrágio universal, direto e secreto, cujo objetivo maior é resguardar a legitimidade do pleito. A verdadeira democracia está na participação de todos os estratos sociais nos processos de exercício da cidadania, dentre os quais se destaca o eleitoral, como forma suprema de legitimação do poder e evolução de uma nação. Em verdade, só seremos uma grande nação quando nós mesmos tivermos coragem de encará-la de frente e, com grandeza da alma e desprendimento, começarmos a edificá-la, tendo por alicerce a verdade, a justiça e a igualdade de oportunidades e de condições, de crescimento espiritual e material para todos os concidadãos. Auguro que o novo chefe do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e os representantes dos Poderes Legislativos Estadual e Federal deste Estado, que hoje são diplomados pela vontade popular, com a benção de Deus, sejam iluminados e que possam ajudar a construir uma nação mais justa, mais feliz e mais fraterna, com dignidade, amor e respeito para todos os seus filhos. Obrigado”.. Dando prosseguimento à solenidade, iniciou-se a **diplomação dos eleitos no pleito de 1998**, sendo diplomados, nos termos do ***Relatório Final da Comissão Apuradora do Pleito Eleitoral de 1998 – ATA Nº 1.846, de 04.11.98*** –, os seguintes candidatos: **Deputado Estadual**: Londres Machado, Celina Martins Jallad, Waldir Neves Barbosa, Roberto Moaccar Orro, Jerson Domingos, Cícero Antônio de Souza, Maurício Picarelli, Murilo*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Zauith, José Laerte Cecílio Tetila, José Roberto Teixeira, Onevan José de Matos, Flávio Esgaib Kayatt, Manoel Félix Nelito Câmara, Paulo José Araújo Corrêa, Antônio Carlos Ribeiro Arroyo, Reginaldo de Oliveira Ferreira, Luiz Tenório de Melo, José Carlos Monteiro, Sandro Fabi, Geraldo Resende Pereira, Akira Otsubo, Ary Rigo e Loester Nunes de Oliveira. O candidato **Antônio Braga**, eleito ao cargo de deputado estadual, deixou de ser diplomado por força do **Acórdão nº 3.221, de 30.11.98**, originário do julgamento da *Representação nº 11/98, classe VII*, interposta pela douta Procuradoria Regional Eleitoral, que teve a seguinte decisão: *“Por maioria, vencidos os vogais 2º e 5º, rejeitaram a preliminar de incompetência da Justiça Eleitoral. Por unanimidade, afastaram também a preliminar de nulidade do processo por supressão de instância. Quanto ao mérito, julgaram procedente a representação em relação ao representado Antônio Braga para imputar-lhe a pena pecuniária de 50.000 (cinquenta mil) UFIRs, vencido nessa parte o 2º vogal, que fixava tal pena no mínimo legal, declarando a suspensão dos seus direitos políticos por 3 (três) anos, com a conseqüente cassação do registro de sua candidatura, bem como a ineficácia da votação por ele obtida, devendo os votos em referência serem computados para o partido pelo qual o referido representado foi registrado. Ainda, à unanimidade, julgaram improcedente a representação contra Francisco Libório Silveira. Por fim, por maioria, vencido o 5º vogal, decretaram a perda da função pública exercida pelo representado Antônio Braga. Decisão em parte com o parecer da douta Procuradoria Regional Eleitoral”.* **O Deputado Estadual Londres**



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Machado proferiu, em nome dos eleitos ao cargo, o seguinte discurso:

“A majestade desta noite, que marca o coroamento do processo democrático, com a outorga do diploma àqueles que foram diretamente escolhidos pelo povo, que lhes dará acesso ao Parlamento e ao Executivo, como responsáveis pela condução da coisa pública, deve registrar a fala daqueles que escolhidos foram para, neste rincão abençoado da pátria brasileira, representar suas esperanças, desejos, reivindicações e reclamos: os deputados estaduais. Caberia a um de nós, igualmente possuídos das mesmas responsabilidades, direitos, deveres e prerrogativas, externar a satisfação e honra que, neste significativo momento, nos envolve. Na sabedoria que todos reconhecemos no Judiciário, entendeu o Tribunal Eleitoral de deferir tal encargo ao mais votado dentre os parlamentares estaduais, não pesando, nessa escolha, nem a sigla partidária, nem os méritos pessoais que, tenho certeza, ornamentam e abrilhantam todos os meus ilustres colegas. A caminhada que hoje aproxima-se do final, já que a concluiremos quando de nossa posse, permitiu-nos, num contato mais direto com a nossa gente, aferir seus pensamentos e anseios, dotando-nos de condições que nos permitirão, com maior afinco e dedicação, responder às sentidas reivindicações de um povo que almeja tão-só paz e tranquilidade para, desenvolvendo o seu trabalho, garantir a inserção de nosso Estado entre os grandes que compõem a federação. Participamos, e escolhidos fomos, da última eleição que se travou nesse milênio. A significação histórica que reveste esse evento não pode ser olvidada. Tivemos oportunidade de captar a mensagem popular que



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

acena para a necessidade da implantação de um Estado que, sendo presente no atendimento das necessidades básicas da comunidade, propicie-lhe, igualmente, liberdade para produzir e crescer. Aqui se encontra o nosso grande desafio: conciliar as coisas do Estado com os reclamos da atividade privada. E isso poderemos fazer dotando o novo governante, o ilustre Dr. José Orcírio Miranda dos Santos, dos instrumentos legais que lhe permitam desenvolver seu programa de governo, satisfazendo os desejos e aspirações de nossa gente. Consciente de sua responsabilidade com a sociedade, o Poder Legislativo, sem perda de sua independência e autonomia, não se furtará em oferecer ao governador eleito alavancas que ajudarão a levantar Mato Grosso do Sul. Somos, hoje, detentores de um mandato legítimo, conquistado de forma clara e transparente num embate democrático onde a lisura e a isenção de um Tribunal, formado por elementos de escol, que honram, particularmente, a nossa sociedade, garantiu um processo límpido, consagrador e irrepreensível que mereceu de todos - eleitos ou não - reconhecimento e acatamento e que fez emergir, como grande vencedor, o homem simples que habita neste Estado e que viu renascer sua esperança na Justiça. Recebemos uma representação popular que não há de ser questionada por qualquer das partes, já que fruto de um processo cristalino, onde a firmeza e competência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral - tão bem conduzido pelo eminente Desembargador Rêmolo Letteriello, cujo trabalho, secundado pelos ilustrados e dignos magistrados que compõem este Sodalício, aí incluído o destacado e estudioso Procurador



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Regional Eleitoral, a par de oferecer aos sul-mato-grossenses exemplo de como, com celeridade e eficiência, se realiza um grande trabalho - testemunhou a toda nação brasileira a aplicação deste Estado no processo de consolidação do regime democrático. Que esse exemplo de dedicação, entusiasmo e trabalho oferecido pelos ilustres membros deste Tribunal Eleitoral nos inspirem na tarefa a que, como deputados estaduais, seremos chamados a desenvolver e que, com a inspiração de Deus, haveremos de levá-la a bom termo. E para nossa reflexão, não estamos aqui por acaso, e, sim, pela vontade de Deus, a quem humildemente rendemos as nossas preces de gratidão por estarmos participando deste ato. Queremos dividir, também, este diploma com as nossas esposas, nossos filhos e nossos familiares e com os milhares de companheiros que acreditaram em nós. Assim, juntos, unindo nossas forças à sociedade e aos integrantes dos demais Poderes, tentaremos desenhar o Mato Grosso do Sul capaz de enfrentar os desafios que o novo século há de propor. Muito obrigado". **Deputado Federal: Eurídio Ben-Hur Ferreira; Waldemir Moka Miranda de Britto; Marisa Joaquina Monteiro Serrano; Marçal Gonçalves Leite Filho; Flávio Augusto Coelho Derzi; Pedro Pedrossian Filho e João Batista dos Santos.** O diploma do deputado federal eleito, **Nelson Trad**, ausente, foi entregue a seu representante e filho, *Marcos Trad*. O **Deputado Federal Eurídio Ben-Hur Ferreira** proferiu, em nome dos eleitos ao cargo, o seguinte discurso: *"No dia em que a Justiça Eleitoral proclamava o resultado das eleições e eu comemorava junto com os meus pares, a imprensa noticiava o falecimento de PLÍNIO BARBOSA MARTINS, um*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

dos maiores homens públicos do Mato Grosso do Sul. Neste momento, Sr. Presidente, com o consentimento de V. Ex^a, gostaria de pedir que o Plenário, em pé, durante um minuto, pudesse homenagear, postumamente, esse ilustre homem público. Obrigado. Em que pese a homenagem, nós, homens e mulheres, celebramos a vida e não a morte, só nós, através da cultura, podemos vencer, inclusive, a nossa finitude. Por isso, ocupo a tribuna, em nome da nossa bancada federal - deputados e deputada. Para falar de vida, de esperança e de fé, começo citando TARSO GENRO, que diz que nós, políticos, precisamos reinventar os caminhos, os programas, as vontades para recompor a utopia, o sonho, afirmando que as diferenças entre os indivíduos devem ser preservadas e enriquecidas, e não exclui a eliminação da desigualdade social e do egoísmo. É preciso acreditar na generosidade do homem e da mulher que podem recriar-se para ter no outro uma extensão de si. Para isso acontecer (a recriação do sonho, da utopia) é fundamental que, no exercício de nosso mandato, nós tenhamos exemplos históricos de homens e mulheres que refletiram a política como atividade nobre e generosa. Só os equivocados é que acham que a política é um espaço para quem gosta de mordomias e de privilégios. A política é o espaço da generosidade. Só pode ser político quem tem por premissa o bem público, quem é capaz de se emocionar com as dores do seu povo e buscar saídas. É preciso, portanto, recuperar a noção que tinha Aristóteles da política, que dizia que o Estado deve zelar pelo ideal de uma vida humana perfeita, ou seja, pelo belo, pelo bom e pelo justo. E a política, dizia o grande filósofo, deve dar as diretrizes para a



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

execução desse ideal. Ou, como diria, recentemente, os norte-americanos: 'o direito é a busca da felicidade' - uma frase simples que, a meu ver, resume o ideal humano de nossa existência terrena, a busca da felicidade. E o que nós entendemos, neste final de século, por busca da felicidade? Entendemos que passa o mundo por novas relações entre os sexos. Que o art. 5º, inciso I, da Constituição Federal, que diz que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, seja a verdade do cotidiano e não, como acontece hoje, onde as mulheres ainda são vítimas da violência doméstica, não há políticas públicas de atendimento à mulher, há poucas delegacias de atendimento à mulher e não há casas para mulheres vítimas de violência. O novo século XXI tem que ser o século em que a felicidade possa ser igual para homens e mulheres. Portanto, a nossa bancada se propõe a construir na prática, regulamentando o que estava regulamentado, fiscalizando para que homens e mulheres, realmente, sejam iguais em direito e dignidade. Mas a busca da felicidade também perpassa a questão dos portadores de necessidades especiais. E, aí, Deputado Flávio Kayatt, V. Exª terá a grande missão de fazer com que todos os municípios deste Estado construam rampa de acesso aos portadores de necessidades especiais. Temos já, na Constituição, uma série de direitos mas, infelizmente, o Poder Público faz vista grossa. Dez por cento da população brasileira tem algum tipo necessidade especial, e faz parte de nosso ideário, como deputados federais, também neste sentido, construir um mundo onde os portadores possam ir ao cinema, ao banco, enfim, viver a sua cidadania na sua plenitude. Também, queremos ter um compromisso com a



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

população indígena do Mato Grosso do Sul, segunda maior do País, da qual orgulha-me fazer parte. Estou convencido de que é do encontro dos povos que nasce a sabedoria. Este Estado tão rico em suas tradições, com tantas etnias, amarga em nível nacional o suicídio dos índios e as suas terras não demarcadas. Portanto, é compromisso de uma bancada federal progressista, que tem no ser humano o seu ponto de partida, construir novas gerações que envolvam a comunidade indígena. É compromisso desta bancada discutir a questão do racismo, da geração de empregos. Isso nós podemos resumir como a busca da felicidade. Ter garantido o ensino básico, a saúde, a cultura e o lazer, não como privilégio, mas, fazendo parte da cidadania. Estamos num Estado e num País em que, realmente, Deus abençoou. O Senhor nos deu as condições, cabe, agora, à classe política completar a obra do Criador e fazer um Estado diferente e justo. Quero também trazer aqui os ensinamentos de Rousseau que dizia que o ato pelo qual o povo institui um governo, não se submete a ele, ao contrário, não há uns superiores ao povo, pois os depositários do poder não são os senhores do povo, mas seus oficiais, e o povo pode elegê-los e destituí-los quando lhe aprouver. A idéia da soberania popular está colocada na Constituição Federal, art. 1º, parágrafo único: 'Todo o poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição'. Nossa bancada federal vai regulamentar, a questão do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular de leis, vai fazer com que o orçamento participativo não seja a bandeira de um só partido, mas seja, na verdade, o patrimônio do povo brasileiro. O



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

chanceler alemão Helmut Kohl disse, recentemente, que os partidos políticos são grandes demais para resolver os pequenos problemas e pequenos demais para resolver os grandes. Há uma crise de representação, uma desconfiança ligada à classe política. Uma das soluções será combinarmos a democracia direta com a democracia representativa. Nossa bancada federal não vai se furtar de enfrentar a questão da reforma política, a meu ver, a mais urgente das reformas. É fundamental discutirmos a fidelidade partidária. As pessoas têm que arcar com o ônus e o bônus da sua ideologia. O que o eleitorado não quer é que os políticos possam, simplesmente, trocar de partido de acordo com a sua conveniência. A nossa bancada, se preciso for, vai discutir o voto distrital misto e, também, a reforma tributária, tendo o interesse centrado no Mato Grosso do Sul. Vamos discutir o interesse nacional e, neste mundo globalizado, a importância de nossos produtos terem os seus preços reduzidos para que o Brasil possa competir no mercado internacional, mas não o faremos rasgando a Constituição Federal, infringindo o princípio federativo que é uma cláusula pétrea. Não somos contra a Lei Kandir, mas não aceitamos o que o governo central faz com o Mato Grosso do Sul. Não podemos aceitar que o Fundo de Estabilização Fiscal traga recursos para a União e deixa Estados e municípios à míngua. Para finalizar, gostaria de me erigir ao nosso governador eleito, José Orcírio Miranda dos Santos, e ao nosso vice-governador, Moacir Kohl, para dizer a V. Ex^{as}, olhando nos seus olhos, neste momento. Quero deixar um símbolo que possa inspirar os dias difíceis que, com certeza, virão. Um homem chamado Nélon



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

*Mandella, preso durante 27 anos, porque tinha um sonho, achava que a África do Sul tinha que ser dos brancos, dos negros e dos mestiços. Esse homem passou no cárcere talvez a idade de alguns de nossos parlamentares, quando de lá saiu, todo mundo achava que ele sairia de uma forma ou de outra ressentida, odiosa. Hoje governa a África do Sul para brancos, negros e mestiços, sem ressentimentos. É isso o que um líder, um estadista, tem que fazer. Nessa crise que se avizinha, numa eleição não há vencedores e vencidos, há um povo e sua classe política unida para dar respostas e soluções. Ofereço, Sr. Governador, Néelson Mandella como fonte de inspiração. Entendo, Deputada Marisa, Deputado João Grandão, Dep. Pedrossian Filho, Dep. Moka, Dep. Marçal, Dep. Flávio Derzi e Dep. Trad, que a nossa eleição tem uma marca especial e eu quero, aqui, registrar as suas emoções e, também, o meu depoimento pessoal. Sei que em toda a eleição vários simbolismos se encontram. Nasci, no ano em que este País enfrentava um golpe militar (1964). A minha geração foi chamada de alienada, 'geração coca-cola'. Agora, ao final do século, ao assumir o poder, o fazemos com grandeza, mostrando que é possível, sim, fazer política com seriedade, com graça, charme e vontade. Por isso, Mato Grosso do Sul, nós que fomos embalados no chamamé e na polca paraguaia, com a nossa alma pantaneira, vamos fazer como faz o Grupo Acaba, na canção Kananciuê, que diz: 'Cante comigo o seu canto, Grite comigo o meu grito, Aruanã-Hetô, Maxte-Puru Kananciuê Aruanã-Hetô, Maxte-Puru Kananciuê Tacape, cocar, mangaba, cajá. Aruanã-Hetô, Maxte-Puru Kananciuê'. Viva Mato Grosso do Sul". **Senador da República:***



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Juvêncio César da Fonseca. A seguir, o senador eleito assim se manifestou: *“A comunidade do Estado de Mato Grosso do Sul se reúne solenemente para diplomar os seus eleitos. Todos nós nos congratulamos com a Justiça Eleitoral, através do seu Presidente, o Desembargador Rêmolo Letteriello, pelo trabalho eficiente e exemplar, inspirando-nos confiança na democracia e nas suas instituições. De modo especial, expresso aqui o meu mais profundo sentimento de gratidão ao povo do nosso Estado, que me elegeu senador da República, com mais de cinquenta por cento dos seus votos, numa disputa entre quatro honrados e prestigiados cidadãos. Estendo este agradecimento ao meu partido, o PMDB, e a todos seus militantes, aos meus amigos, à minha equipe de trabalho e a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para esta significativa vitória. À Sueley, minha mulher, que andou ao meu lado por todo este Estado, compartilhando a luta e ajudando a vencer os desafios, o meu carinhoso agradecimento. Peço a Deus que me dê sabedoria e inspiração, para exercer o meu mandato com eficiência e muito trabalho, devolvendo ao povo o que me foi confiado pelo voto. Em nível de Brasil, sinto-me preparado para enfrentar todas as tarefas que me forem confiadas. O ano de 1999 e os seguintes serão difíceis para o povo brasileiro. Nosso país vive momentos delicados dentro do contexto mundial, de perplexidade diante dos rumos de uma economia globalizada que aflige, inclusive, as nações mais ricas do planeta. A prevalecerem os postulados atuais de um liberalismo econômico que avança assustadoramente sobre a social democracia, a tendência do mundo é o aumento do desemprego e, por*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

consequência, o crescimento da pobreza. A globalização da economia está nos revelando a face perversa de um capitalismo exacerbado, que aniquila as forças políticas e anula a ação e a inteligência dos grandes estadistas, que buscam a construção de uma sociedade mais justa. As nações ricas estão sofrendo também as consequências da economia desregulamentada, principalmente após a queda do muro de Berlim, que permite ao empresariado internacional agir sem qualquer ameaça aos seus postulados liberais. Milhões de pessoas, no mundo todo, aguardam o milagre da ação política, porque a questão é essencialmente política, para se livrarem da exclusão do processo produtivo e dos bens que são colocados em benefício da sociedade. Nossa esperança reside, portanto, na consciência dos estadistas modernos, que não se afastaram do povo e dos ideais do Estado do bem estar social e democrático. Nós, políticos, temos necessidade urgente de compreender o universo econômico em que vivemos hoje. Essa consciência é ferramenta indispensável para o bom desempenho do nosso papel. Os alemães Hans Peter Martin e Harald Schumann, em seu livro 'A Armadilha da Globalização', dizem que: 'Essa viagem, a um beco sem saída, é caracterizada pela assustadora ignorância dos políticos quanto aos mercados financeiros'. A reversão desse quadro econômico ameaçador só se dará pela reação política forte das grandes lideranças dos Estados ricos, como já começa a se esboçar com a proposta da Terceira Via de Tonny Blair, primeiro-ministro da Inglaterra, que está recebendo adesões, as mais diversas, em todo o mundo. Minha atuação, em Brasília, será norteadada com esta consciência dos problemas que impacientam todos nós. Aqui em Mato



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Grosso do Sul, há duas décadas, sentíamos orgulhosos de um futuro promissor, em razão da criação do novo Estado. Nosso orgulho era até confundido com vaidade ou arrogância, tal a certeza que tínhamos do nosso iminente salto de desenvolvimento econômico e social. Àquela época, a disputa pelo poder foi tão acirrada e inglória, que começamos com um governador imposto de fora para dentro. O descompasso com a vontade do povo, através de governos sem solidariedade social, sem propostas consistentes para alcançar o sonhado desenvolvimento, acabou por elaborar um processo político-eleitoral que, hoje, coloca nas mãos da oposição, que era considera minoritária, os destinos do Estado. A diferença de votos foi assustadora, marcando historicamente o desejo de mudança dos métodos de governar, que nos levou ao endividamento público insuportável e sem perspectiva de desenvolvimento a curto prazo. Esse voto majoritário não teve inspiração ideológica nem partidária. Através dele o povo escancarou o seu desencanto, a sua indignação contra os antigos governantes. Aqui, também, a questão é de opção política pelo desenvolvimento. No contexto em que vivemos, é imprescindível que entre nós aconteça a eficiência na condução dos negócios públicos, para que tenhamos condições de enfrentar, com nossas próprias forças a crise que é adversa e de âmbito mundial. Enquanto não exercermos a solidariedade política em favor de Mato Grosso do Sul, não encontraremos o caminho do bem estar do nosso povo. A oposição venceu as eleições. As promessas feitas estão na memória do povo. Exerceremos uma oposição que não será sistemática, nem radical, mas solidária com os bons projetos, cobradora das



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

promessas feitas, mas aglutinadora de forças políticas para o bom desempenho da nossa economia. Em nenhum momento deixarei de ter comigo as lições das últimas eleições. A inteligência do povo está nas ruas. Basta interpretá-la honestamente. Ela é simples, explícita, aberta, pública. Ninguém, nenhuma liderança tem o direito de dizer que não entendeu o povo em determinado momento. Principalmente, os líderes mais experimentados. Se decidem contra o vontade do povo, defendem interesses que não são os do povo. Tanto em nível de Brasil, quanto do Estado de Mato Grosso do Sul, a solução definitiva dos nossos problemas é essencialmente política. Um bom exemplo de opção política pela eficiência e qualidade nos serviços públicos é Campo Grande, uma das dez maiores capitais do País e que goza de uma estrutura administrativa exemplar. Enquanto os municípios brasileiros exibem um quadro lastimável de eficiência, nossa capital é referência de organização e modernidade. A atual administração, do companheiro André Puccinelli, encontrou uma estrutura administrativa de qualidade e eficácia. O sistema tributário montado permitiu que se multiplicasse, por várias vezes, a receita do município, que se tornou autônomo, permitindo que o administrador que entra olhe para o futuro e já faça investimentos com recursos próprios. Para alcançar este estágio, há que se ter solidariedade com a comunidade, eliminando privilégios, favorecimentos pessoais. Mais do que isso, é necessário entender que só cresceremos se nos organizarmos definitivamente, legando aos nossos sucessores uma máquina administrativa eficiente. O Estado de Mato Grosso do Sul necessita urgentemente dessa opção política de bem



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

administrar os seus interesses, que são os da nossa gente, das nossas famílias. Nosso potencial é grandioso. Temos matéria-prima abundante para a agroindústria. Temos uma boa infra-estrutura para o desenvolvimento: o gasoduto inaugura um tempo de energia farta, com duas termoeletricas em nosso território; hidroelétrica em Costa Rica e no Rio Correntes; rodovias com novas estradas e recuperação da malha viária; duas ferrovias, a Novoeste, antiga, e a Ferronorte, em implantação; farto meio de comunicação. A agroindústria já inicia, mesmo que timidamente, sua implantação, a começar pela região do bolsão, com indústrias se instalando nas barrancas do Rio Paraná; navegabilidade da bacia Paraná-Paraguai; o ecoturismo com um potencial imensurável, embalado agora com o Projeto Pantanal, com investimentos de duzentos milhões de dólares. Os investimentos federais e os da iniciativa privada são crescentes. Aumentam significativamente os pedidos de informação de empresas desejosas de investimentos locais. O desenvolvimento está chegando. Ele só se concretizará se o Estado for o seu fomentador, o parceiro do investidor, com audácia, com agressividade, sem medo. Conclamo a todos os sul-mato-grossenses para um pacto de trabalho solidário em favor do nosso Estado. Políticos, empresários, trabalhadores, todas as forças vivas da nossa gente. A tarefa é nossa. Não podemos perder mais tempo. Temos que alavancar o nosso progresso com decisões coletivas. Fazer definitivamente uma opção pelo desenvolvimento, que dê qualidade de vida e, muito mais do que isso, com a ajuda de Deus, devolver ao nosso povo os melhores sentimentos de viver nesta abençoada e rica terra.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

*Este é o meu compromisso como senador". **Governador do Estado:** José Orcírio Miranda dos Santos. **Vice-Governador do Estado:** Moacir Kohl. O governador eleito e ora diplomado discursou nos seguintes termos: "Há nove meses, exatamente, eu iniciava uma caminhada, autorizada pela direção de meu partido, o PT, pelo nosso Estado, na condição de pré-candidato a governador. Uma caminhada que tinha a pretensão de me encontrar com nosso povo e de escutar a nossa gente. Durante três meses, visitei a grande maioria das nossas cidades, conversei com empresários urbanos, com produtores rurais, dialoguei com trabalhadores do campo e da cidade, encontrei-me com os índios, com os negros, com as mulheres, dialoguei com a nossa juventude e, na medida em que andava, sentia do nosso povo a frustração e a sensação da tristeza. Era unânime o sentimento de que as nossas elites políticas tinham fracassado. Vinte e um anos depois, implantado o nosso Estado, que era para ser um projeto de implantação de um novo modelo de Estado, tínhamos fracassado. O nosso Estado não era modelo, não oferecia mais a perspectiva de vida para uma grande parcela do seu povo. Nosso Estado era e é um Estado indigido, deve quase 3 milhões de reais, era e é um Estado esvaziado. Nos últimos anos, aproximadamente, 200 mil pessoas, principalmente jovens, largaram a sua cidade, a sua casa, a sua família, para ir para um outro Estado, na perspectiva, num sonho de ter um emprego, de construir dignidade e de ter salário. O nosso Estado era e é um Estado brutalmente concentrador da riqueza, da renda e do poder. Andando pelo Mato Grosso do Sul, senti nas pessoas o sonho de poder mudar e resolvi, mais uma vez, me*



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

desafiar. Em julho deste ano, comuniquei à minha família e ao meu partido que aceitava a condição de candidato a governador, ousando desafiar a lógica formal da política sem praticamente nenhum respaldo (duas prefeituras pequenas com duas mulheres corajosas à frente e com número de 20 vereadores de mais de 800 que o Estado tem). Aceitei o desafio de ser candidato a governador e comecei a caminhar. Constituímos uma aliança política, e o primeiro grande marco da convicção íntima que eu tinha - de que nós podíamos derrotar a lógica formal da política -, eu materializei, na introdução do nosso programa de governo, me manifestando à sociedade da seguinte forma: 'Mudança, esta é a idéia que me vem à mente quando penso no conjunto de que o Movimento Muda Mato Grosso do Sul propõe para governar o Estado a partir de 1º de janeiro de 1999. Adentrando o futuro e o novo século que se avizinha, este é o sentimento que tem movido a mim e a milhares de pessoas, homens, mulheres, brancos, negros, índios, japoneses, sírio-libaneses, paraguaios, gaúchos, nordestinos e migrantes de outros Estados, pessoas que, com dignidade, tenacidade, muitas delas sofridas, exploradas e discriminadas, ainda têm a capacidade de sonhar, de vislumbrar a possibilidade de se construir algo diferente do que se vê por todo o Estado. E o que se vê no Mato Grosso do Sul é a pura contradição: uma das mais altas rendas per capita do País, de um lado, e, de outro, quase um terço da população vivendo na mais absoluta miséria. De um lado, um ambiente belíssimo e uma inigualável biodiversidade e, de outro, a devastação acelerada, os rios assoreados com a omissão do Poder Público, uma grande potencialidade econômica



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

convivendo com a estagnação e ausência de um projeto de futuro. Esta situação incomoda a todos, empresários urbanos, trabalhadores assalariados, agricultores, comerciantes, pecuaristas, desempregados e estudantes. Assim, faz-se necessária a construção de um projeto, o estabelecimento de um consenso mínimo, que permite apontar-nos para o futuro, e este projeto, tenho certeza, não será produzido por um ou outro partido político, por um ou outro grupo social, mas, sim, por todas as forças vivas da sociedade sul-mato-grossense através de um processo amplo, democrático e plural. Este é exatamente o desafio: estabelecer as bases mínimas para que a partir delas se inicie um permanente diálogo para a construção deste projeto. Portanto, este projeto não é algo pronto e acabado, ele aponta uma série de princípios e intenções que deverão nortear o nosso governo, os quais se organizam em torno de três grandes eixos: a implementação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, que gera emprego, distribui rendas e riquezas, respeita o meio ambiente e possibilita a recuperação da capacidade de investimento do Estado. A busca da melhoria da qualidade de vida da população, através de políticas públicas, devidamente articuladas, geridas de formas eficientes e democráticas, políticas estas que terão a absoluta prioridade do governo. Por fim a construção de um Estado eficiente transparente e democrático que permita uma efetiva participação da sociedade, através do orçamento participativo e de outros diversos mecanismos'. O sentimento de mudanças moveu também a todos que participam da elaboração deste projeto. Inúmeros técnicos, professores militantes dos movimentos



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

sociais, que, conhecendo profundamente as áreas onde atuam, com paixão, solidariedade e vontade de mudar a realidade, dedicaram todos os seus conhecimentos e seu tempo precioso em reuniões, seminários e debates, para que pudéssemos ter algo tão completo que contemplasse os anseios de homens e mulheres de bem do nosso Estado. Por fim, dizia o manifesto: 'Faço uma confissão e um apelo, desejo sinceramente ser eleito governador do meu Estado, mas o meu desejo é orientado por uma nova perspectiva de fazer política, pois não quero o poder pelo poder, quero conquistar o poder para dividi-lo, para descentralizá-lo para torná-lo próximo das pessoas que fazem o dia-a-dia da nossa terra. E para isso acontecer, precisamos de todos os militantes, dos simpatizantes, daqueles que acreditam que é possível mudar o mundo. Mato Grosso do Sul, agosto de 1998'. Era o manifesto que lançava um projeto de um novo modelo para Mato Grosso do Sul. Venho aqui, hoje, num momento que me orgulha muito, que me satisfaz e me enobrece, receber de suas mãos, Senhor Desembargador Presidente, o diploma de governador do Estado, e quero me permitir dizer que dedico este diploma à minha Coligação MOVIMENTO MUDA MATO GROSSO DO SUL (PT, PDT, PCdoB, PPS,,PAN e PSB), ao meu vice-governador, hoje Secretário de Produção, meu companheiro, meu irmão de caminhada, MOACIR KOHL, ao nosso candidato a senador da República, Carmelino Resende, aos nossos deputados federais e estaduais, eleitos e não eleitos, que contribuíram decisivamente para a unidade da campanha. Dedico este diploma à Coordenação, que teve intuição e poder político de, numa campanha sem recursos, nos motivar



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

para que continuássemos caminhando cada vez mais, e dedico, também, o meu diploma à militância do PT e dos nossos partidos coligados, anônimos guerreiros que, na maioria das vezes, sem absolutamente nenhum centavo no bolso, carregava a bandeira, não de seu candidato, mas do seu sonho e da sua esperança de poder mudar o nosso Estado e, se Deus quiser, um dia, o nosso Brasil. Quero dedicar, por fim, o meu diploma de governador, à minha família que está aqui, à Gilda, minha companheira, Tiara, Janice e Taísa, minhas três filhas, que souberam compreender as infindáveis horas de ausência nas minhas caminhadas pelo Estado. Quero me permitir, não dedicar o meu diploma mas, numa manifestação pública de respeito, dedicar o resultado desse processo a Vossa Excelência, Sr. Presidente. Mais do que ninguém Vossa Excelência teve a grandeza da autoridade pública do magistrado, teve a dimensão da responsabilidade de Presidente de um Tribunal e comandou com autoridade e legitimidade um processo que me permitiu, desculpem-me a franqueza, pela primeira vez neste Estado, ver uma eleição tranqüila e limpa. Eu que já fui vítima das sujeiras de uma campanha eleitoral, quero, agora como governador diplomado, na presença de todos os senhores e senhoras, reafirmar as nossas convicções e compromissos, porque não foram promessas de campanha eleitoral. Quero reafirmar as diretrizes programáticas que estão norteando o trabalho das nossas equipes, já com o nosso secretariado constituído. Nosso compromisso, Sr. Presidente e povo do nosso Estado, é com a distribuição da renda para construirmos um novo modelo de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul que permita o direito



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

elementar de um dia podermos sonhar que todo o povo deste Estado terá o direito sequer de comer. O compromisso da democratização do Estado com a inversão de prioridade para resgatar a enorme dívida social que temos com, aproximadamente, 500 mil irmãos nossos que não têm casa, não têm comida, não têm emprego, que não têm direito à dignidade. Quero assumir, aqui, o compromisso, custe o que custar, da construção de um governo sob uma nova esfera pública, transparente, moralizada e participativa, que vai permitir a cada um o direito de exercitar a sua cidadania. Quero reafirmar o compromisso do nosso governo de apoiar o setor produtivo, pequenos e médios, em todas as cidades de nosso Estado, desconcentrando o desenvolvimento econômico e descentralizando as decisões político-administrativas. Quero reafirmar o compromisso de que, neste governo, nós vamos trabalhar, incessantemente trabalhar, para que a gente tenha uma máquina arrecadadora, uma Secretaria de Fazenda aprimorada e estruturada, que faça do nosso fisco, um serviço realmente eficiente, moralizado e limpo, em que o imposto será pago, sabendo que ele vai se reverter no benefício da melhoria da vida de nossa população. Quero reafirmar o nosso compromisso de exercitar o nosso governo com ampla transparência das contas públicas e de recuperar a capacidade de planejamento democrático e estratégico de um Estado, uma perspectiva nova democrática e popular. Quero reafirmar o compromisso de que nós estaremos trabalhando para superar o clientelismo e o fisiologismo, estabelecendo uma outra relação democrática transparente e de respeito com os nossos prefeitos, em defesa do interesse comum e do



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

desenvolvimento do nosso Estado. A mudança chegou, a mudança da qual falamos começa a ser operada no nosso Estado. Não temos o direito de frustrar o nosso povo; 62% dele votou pela mudança, cansado com o esgotamento do modelo de desenvolvimento, implantado há 20 anos, pelas nossas elites políticas. A nossa caminhada é irreversível e aponta para um governo, alimentado pelos princípios da ética, da transparência, da dignidade e da democratização do poder. Já começamos a trilhar esse novo caminho na escolha do nosso secretariado, que, acima de tudo, tem a marca da nossa cara - um secretariado que foi discutido, que exigiu tempo, capacidade de negociação e articulação com os meus principais assessores, com todas as forças políticas, com todas as correntes nas consultas às principais entidades. E esse secretariado já trabalha, começou a mudar o novo tempo no enfrentamento de problemas de muitos anos. A Usina de Porto Primavera, por exemplo, onde estive com meus principais assessores e com o Governador de São Paulo, Mário Covas, tem um protocolo de intenções assinado. Disse ao Presidente da CESP e ao Secretário de Política Energética do governo de São Paulo que queríamos recuperar o tempo e que queríamos a nossa participação nessa fatia; que representávamos, ali, a pretensão de um povo que não quer mais ser tratado como primo pobre e quer ser respeitado. Quanto ao gasoduto, estive no Rio de Janeiro, na Petrobras, estabelecendo os primeiros contatos para recuperar o preço do gás, para que não sejamos nós, aqui, um mero instrumento para levar o desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Não sei se é de conhecimento de todos, mas o gás sai da



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Bolívia ao custo de R\$ 0,90 o metro cúbico. Atravessa a fronteira e, aqui, vai custar R\$ 2,70 - o mesmo preço que o Rio Grande do Sul vai pagar, ou seja, nós vamos pagar pelo desenvolvimento deles. Fui dizer ao Presidente da Petrobras que o nosso governo não vai tolerar isso, queremos um preço diferenciado para atrair para cá a industrialização e os investimentos para fazer este Estado sair do buraco e andar para frente. Fomos atrás do Projeto Pantanal, cantado em verso e prosa, e que precisa ser retomado. Ontem, me representando, nosso Vice-Governador Moacir Kohl e uma equipe de trabalho estiveram, em São Paulo, em audiência com o Sr. Enrique Iglesias, Presidente do BID e do Banco Interamericano, negociando o Projeto Pantanal, discutindo recursos para fazermos assentamento e reforma agrária para permitir a cidadania para nossa gente. Discutiram os recursos e houve demonstração de interesse dele em financiar a implantação do Banco do Povo. Em fevereiro ou março, já governador empossado, vamos à Brasília, se preciso for, buscar a canalização de recursos, porque o nosso governo vai ser um governo que vai andar, que vai se mexer, que vai propor, que vai ser criativo na defesa intransigente dos interesses do Mato Grosso do Sul. Venho, aqui, para dizer que restabelecemos a motivação com a iniciativa privada. Inúmeros grupos do Brasil e do exterior nos têm procurado. Depois de amanhã, estaremos indo com o Dr. Olacir de Moraes conhecer de perto a Ferronorte. Em fevereiro, recebemos a presença do Presidente para inaugurar uma parte do gasoduto e, na sexta-feira, estaremos visitando as obras, no sentido de acelerar a construção da ponte sobre o Rio Paraguai e articulando os



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

recursos do orçamento da União. Faço, aqui, o segundo registro público que teve a participação do Senador Ramez Tebet, de deputados federais, a maioria eleitos e aqui presentes, no sentido de garantir os recursos que permitirão, para o ano que vem, os investimentos que este Estado necessita para poder se desenvolver. Claro que nós não alimentamos o sonho de um governo fácil. A crise nos impõe a necessidade de profunda reflexão. A implementação das nossas propostas exigirá forte vontade política, coordenação de governo e disposição de romper com o fisiologismo, com o corporativismo e com as práticas clientelísticas da política, além da necessidade de recompor a máquina pública herdada, totalmente paralisada, e de enfrentar o caos econômico-financeiro em que se encontra mergulhado o nosso Estado. Essa política vai exigir um governo forte, com vontade e coragem política. A recuperação da capacidade de investimento do Estado, a democratização da elaboração da proposta orçamentária e a inversão de prioridades são políticas necessárias para melhorar a vida do nosso povo em nível nacional. O plano real é garantido às custas do arrocho salarial, da privatização inconseqüente, do desemprego e da recessão. Nós rechaçamos essa política, como rechaçamos as propostas de privatização dos serviços do nosso Estado. Ao contrário, defendemos o controle social, a gestão compartilhada e transparente nas nossas empresas e por isso o nosso governo vai até as últimas conseqüências - para garantir, por exemplo, a Sanesul sob o controle do Estado. Encerro conclamando a sociedade para um novo momento. Muitas dificuldades virão, momentos de crise nos esperam, mas não arredaremos pé dos nossos princípios e dos



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

nossos valores. Cheguei aqui pela força e pela vontade do povo do meu Estado e, por esse povo, seguirei o caminho da mudança. Viva a democracia!'. EXMº SR. DES. RÊMOLO LETTERIELLO: “Esta solenidade de diplomação dos candidatos consagrados nas eleições gerais, além de assinalar o encerramento do processo eleitoral do pleito de 1998, tem um significado especial, qual seja, o de ratificar a legitimidade da livre escolha da representação popular, reconhecendo-se publicamente os eleitos e conferindo-lhes a habilitação ao desempenho do mandato que lhes outorgou o eleitorado sul-mato-grossense. Os sentimentos de júbilo e emoção que experimentam os ora diplomados, atingem também a Justiça Eleitoral, seu magistrados e servidores que, ao término desta jornada, com a ajuda de Deus e mercê das suas forças individuais, cumpriram a difícil missão de assegurar a normalidade e a legitimidade das eleições, nada obstante as deficiências e fragilidades da legislação infraconstitucional, editada para disciplinar o complexo método democrático de formação do Poder Público. No desenvolver das nossas atividades de execução do processo eleitoral, contamos, particularmente, com o esforço e a incomensurável dedicação profissional dos Juízes-Membros do Tribunal, Desembargador José Augusto de Souza, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral, Dr. Odilon de Oliveira, Juiz Federal, Drs. Sideni Soncini Pimentel e Fernando Mauro Moreira Marinho, Juízes de Direito, Drs. Mário Eugênio Peron e Antônio Rivaldo Menezes de Araújo, representantes da classe de juristas, e do eminente Procurador Regional Eleitoral, Dr. Luiz de Lima Stefanini, responsáveis diretos pela transparência,



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

celeridade e excelência dos julgados do contencioso eleitoral. Igualmente excepcional, foi a atuação dos ilustres Juizes Auxiliares do TRE, Desembargadores João Carlos Brandes Garcia e Elpídio Helvécio Chaves Martins e Dr. Jorge Antônio Siufi, que cumpriram com extrema competência o difícil mister de impedir a subversão dos princípios que conformam a propaganda político-eleitoral. Ressaltamos, também, o extraordinário desempenho dos Juizes das Zonas Eleitorais do Estado que enfrentaram os mais diversos obstáculos e dificuldades operacionais e souberam honrar e dignificar as suas graves funções na condução exitosa dessas eleições, que foram marcadas com as maiores e mais complexas da nossa história republicana. Nessa manifestação pública de reconhecimento, não podemos deixar de tecer elogios aos servidores da Secretaria do TRE e dos Cartórios Eleitorais, da capital e do interior. Foi realmente decisivo o apoio que dispensaram, movidos todos pelo entusiasmo, pelo espírito público e pelo senso de responsabilidade, disso resultando o sucesso no ordenamento da campanha eleitoral e das próprias eleições. Merece ser destacada, por fim, a colaboração prestimosa e cívica dos mesários, escrutinadores, membros das Juntas Eleitorais e demais pessoas que, convocadas pela Justiça Eleitoral para a grande tarefa de garantir a estabilidade dos processos de votação e apuração, se portaram com imparcialidade e eficiência e, sem comprometer a segurança e a lisura desses processos, contribuíram para que Mato Grosso do Sul figurasse como o primeiro Estado a encerrar os pleitos de 04 e 25 de outubro. Quando fomos investidos na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, disse que teríamos a



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

responsabilidade de conduzir com altivez a Justiça Eleitoral, perseguindo, insistentemente, os grandes e nobres objetivos de servir à grandeza política da nossa gente, com serenidade, independência, imparcialidade, isenção e equilíbrio, atributos necessários e que devem ornamentar todo agente público que pretende bem desempenhar as elevadas funções que lhe são cometidas. Não manchamos esse compromisso. No desenvolver das etapas mais inquietantes da nossa gestão que foram, sem dúvida, a preparação e a realização do pleito eleitoral, guiou-nos a preocupação constante de proporcionar eleições moralmente inatacáveis, sem vícios, sem desonras, sem impurezas, em que os resultados das urnas representassem, realmente, a sacrossanta e genuína vontade política do nosso povo. Em todos os momentos de nossa atuação tínhamos plena consciência de que, para alcançar esses objetivos, imprescindível era o combate ingente a toda e qualquer ameaça de utilização indevida da máquina pública e dos recursos públicos, fatores de desequilíbrio de oportunidades entre os candidatos. Não hesitamos em encetar, através da mídia, intensa campanha visando esclarecer o eleitor sobre a importância do seu voto, instrumento maior do exercício da cidadania e que, por isso mesmo, deveria ser preservado como um patrimônio não sujeito a negociação da compra e venda e de aluguel. Permanecemos surdos e indiferentes às manifestações daqueles que timbraram a Justiça Eleitoral de intolerante, intervencionista e draconiana, quando agíamos em face do cometimento de infrações a regras da propaganda eleitoral e da caça imoral e indiscriminada aos votos, com doações, ofertas ou promessas de



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

vantagens ao eleitor. Soubemos, com paciência e obstinação, atravessar um momento singularmente desafiador para a Justiça Eleitoral que, principalmente após as eleições municipais de 1996, passou a ser vista, por olhos de muitos, como organismo imprestável, omissa e conivente com a impunidade. Não aceitando, porque injustas, as duras críticas dirigidas à nossa instituição, por mais de um vez nos dirigimos aos cépticos para explicar que a Justiça Eleitoral jamais participou da feitura de leis; que padecemos de uma lei eleitoral única, moderna e permanente e que os textos daquela, que se encontrava em vigor, remontavam há mais de 30 anos e invariavelmente se inspiravam em abomináveis casuísmos; que essas normas, de indigência franciscana em matéria processual, não permitiam a rápida entrega da prestação eleitoral e que, por isso, os processos se eternizavam, perdendo quase sempre o seu objeto. Na verdade, para que o Poder Judiciário tenha meios convenientes à boa e eficaz administração da Justiça Eleitoral, é necessário que se promova urgentemente uma profunda mudança legislativa e para isso contamos com a ação de parlamentares preocupados com o instrumental legal de inibição de práticas obscuras, permitindo, assim, a pronta e firme aplicação da repressão pertinente, e preocupados, sobretudo, com o aperfeiçoamento de nossa democracia. Senhores e Senhoras Dirigentes e Legisladores, o exercício do vosso mandato será contemporâneo da complementação das reformas por que passa o nosso País. Até os nossos dias, o que temos visto, perplexos e estarrecidos, é a submissão vergonhosa da classe política ao Estado, que, tanto nos tempos da negra ditadura como agora, sobrepuja o



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

indivíduo espoliando-lhe os mais elementares direitos. O Poder central quer dar a si próprio o privilégio de ser a única fonte criadora do Direito. As abomináveis Medidas Provisórias editadas às escâncaras constituem a demonstração mais viva do autoritarismo do Executivo e do efeito prático da sua dominação. Negam-se, repudiam-se os princípios do regime representativo, subtraindo-se à noção a sua interpretação política. Em nome dela sancionam-se todas as restrições aos direitos individuais. Constata-se, dia a dia, a verdade de que os nossos governantes maiores ignoram qualquer limitação ao poder autoritário. O presidente da República fala em nome das gerações presentes e futuras, e invoca a Pátria, o dever e a economia para justificar o absolutismo do Estado. Por outra parte, o senador romano arremeda o império dos Tibérios e torna-se o ator principal de espetáculos produzidos para asfixiar, sufocar e estrangular os direitos do homem. Tomo as palavras de Laertes Munhoz para dizer: 'Não, não poderá haver jamais felicidade no mundo enquanto perdurarem sistemas de negação do sentimento individual, que é, por excelência, o sentimento mais humano da criatura feita à imagem e semelhança do seu divino Criador. Porque há direitos que vêm de Deus, que são da essência da pessoa humana. Direitos que nós temos, só por sermos homens, direitos que independem de qualquer título legal ou consentimento do poder. São direitos que precedem ao Estado, porque foram trazidos consigo, pela nação, ao se organizar politicamente, como condição primacial da sua própria sobrevivência. As constituições políticas não os criam nem os outorgam, como preexistentes que eles são, com o único fim de



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

preservá-los contra os abusos do poder. Há um universo de verdades a se sobrepor ao Poder estatal. Não valerão contra elas as trevas que emergem de dentro da noite do despotismo, porque ao furor sádico das crueldades morais, sobrepujam a grandeza do espírito, o ideal de libertação, a arte, a ciência, a poesia, o pensamento, a palavra, a dignidade, a consciência do homem. Quando o Estado sai dos seus limites naturais para penetrar em nome das reivindicações totalitárias, no santuário da consciência, ele se esforça por violar este santuário por meios monstruosos de envenenamento psicológico, de mentira organizada e de terror. A mentira organizada e o terror.... como bem se ajustam estes vocábulos ao conceito dos governos de força! Porque, a rigor, só se pode sopitar a liberdade à custa de iludir e intimidar o povo. E aqui tendes o que mais avulta no encargo dos que se armam guerreiros para a batalha do Direito: coragem civil, bravura moral para denunciar a mentira dos usurpadores; coragem e bravura para enfrentar o terror com que se sustem a usurpação'. Esperamos com ansiedade que os novos condutores do nosso destino político considerem as justas aspirações do nosso povo que nada mais deseja senão uma pátria em que o cidadão seja tratado como cidadão; em que a concepção do Estado não se compadeça com a asfixia do pensamento nem com a supressão das liberdades públicas e individuais; uma pátria em que não haja párias nem mendigos, nem miséria nem opulência, mas em que também não haja nem déspotas ou senhores absolutos da coisa pública, nem ociosos a viverem da riqueza acumulada, nem usurpadores que soneguem a majestade dos pronunciamentos populares e a limpidez



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

das reivindicações sociais. Digo-vos que a organização futura da nação deve inspirar-se na Justiça. Justiça entre os homens, pela distribuição equitativa da riqueza, pela segurança comum do conforto material e moral, pela feitura de leis de fraternidade social que possibilitem a todos uma existência efetivamente digna. Esse regime capitalista que tanto espezinha a grande massa da população brasileira, comprovadamente está ferido em sua espinha dorsal e não mais deverá conturbar a pátria com a ambição de rendas excessivas e fáceis, em favor de um grupo ou de uma classe. Os lucros produzidos por milhões de braços que trabalham, não se deverão congelar nas mãos dos ganhadores. A propriedade deverá sofrer as restrições impostas pelo interesse público. Sejam quais forem os percalços a vencer, não há mais como fugir a tais imperativos. Ao concluir, só nos resta dizer aos eleitos que hoje são diplomados que os Poderes Executivo e Legislativo devem ser confiados ao fortes, aos destemidos e aos capazes, e que a política, como finalidade suprema do bem-estar coletivo, há de ser conduzida por aqueles que tenham caldeado através de muita renúncia e sacrifício, a enfibratura rija do caráter e da honra. Que Deus inspire, proteja e ilumine Vossas Excelências na grande, nobre e árdua missão que o destino lhes reservou". NADA MAIS HAVENDO, FOI ENCERRADA A SESSÃO, às vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, após datilografada a presente ata e procedida a sua leitura e ratificação, vai assinada por mim _____, Dr. Eycles Ferreira, Diretor-Geral deste Tribunal, pelo Exmº Sr. Desembargador Presidente _____ e pelo Exmº Sr.



Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul

Procurador Regional Eleitoral 